



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

SÃO LUÍS-MA | VOLUME 19 | NÚMERO 55 | JANEIRO-ABRIL 2026

ARTIGOS LIVRES

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v19n55e27400>

Reforma e Contrarreforma: uma obra necessária

João Oliveira Ramos Neto

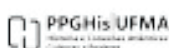
Doutor em História. Professor efetivo de História do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Goiás.

 <http://lattes.cnpq.br/6427938680486263>

 <https://orcid.org/0000-0002-0564-0141>

 joao.neto1@ifg.edu.br

RECEBIDO | 18 ago. 2025 – APROVADO | 10 abr. 2026



A Editora Contexto é responsável pela coleção História na Universidade, a qual publica livros curtos e abrangentes que focam em períodos chave da história do Brasil e do mundo. Os autores desses livros são professoras e professores universitários que dão uma visão de conjunto sobre o período da História de sua especialidade. Por seu caráter didático, as obras são, muitas vezes, adotadas em curso de graduação, tanto em História, como em áreas afins. Com isso, promove tanto uma produção historiográfica nacional, como a atualização do debate.

E era com expectativa que, nesse contexto, aguardávamos a publicação de um volume dedicado ao tema da denominada Reforma Protestante. Finalmente, em 2024, foi publicado o volume Reforma e Contrarreforma, escrito pelo professor de História Moderna da Universidade de Campinas, Unicamp, Rui Luis Rodrigues.

O livro está dividido em seis capítulos, além da introdução, que apresentam satisfatoriamente a diversidade das reformas religiosas para além de Lutero e Calvino. Acerta, por exemplo, quando não nomeia Thomas Müntzer como anabatista, descrevendo-o conforme as fontes, isto é, líder das Revoltas Camponesas e crítico de Lutero. O autor enriquece a obra também ao fazer uma profunda discussão sobre a eterna busca reformatória pelo ideal de pureza, tanto externa à igreja – as heresias – como internas, como a devotio moderna.

O principal ponto positivo da obra é, a nosso ver, sua abordagem sobre os anabatistas, tema muitas vezes negligenciado ou apresentado de forma equivocada na historiografia brasileira. O autor abandona as antigas e superadas explicações rasas, sem sustentação, que afirmavam, por exemplo, que os anabatistas eram contrários à propriedade privada e desejavam ter tudo em comum. Faz uma análise profunda da mentalidade, ainda que essa análise profunda continue didaticamente acessível para estudantes, como se propõe a coleção.

Também abandonou a prática de descrever os anabatistas pelas fontes dos inimigos, acertando ao citar as próprias fontes anabatistas na sustentação de sua análise. É a primeira obra historiográfica em língua portuguesa que conhecemos, por exemplo, que menciona a Confissão de Schleithem.

Mas a obra, é claro, não está livre de pontos que precisam de revisão. Uma grande novidade da obra foi aglutinar anabatistas, anglicanos e puritanos no mesmo capítulo, algo que nunca tínhamos visto antes em nenhuma outra obra. Anglicanos e anabatistas estiveram em lados opostos, o que fez com que sempre fossem retratados dessa maneira. Para o autor, porém, “Anglicanos e anabatistas tinham em comum a concepção monista de sociedade, embora em chaves opostas” (Página 113). Porém, equivocou-se ao afirmar que tanto para anglicanos, como para anabatistas, “o poder civil deveria sobrepor-se”. O próprio autor já havia afirmado que os anabatistas constituíram um movimento plural impossível de generalização: “movimentos plurais com origens plurais” (Página 105). Assim, nos parece muito complicado unir movimentos que têm muito mais aspectos diferentes do que semelhantes. A começar pelo fato de que, enquanto o movimento anabatista era totalmente descentralizado e heterogêneo, a Igreja Anglicana era totalmente centralizada e unificada. Isso pode parecer, para o leitor, que anglicanos e anabatistas eram movimentos próximos quando, na verdade, era justamente o contrário.

Na introdução, encontramos uma interessante discussão que se inicia com uma pergunta provocadora: “Mas esse não é um tema Eurocêntrico?”. A resposta seria: as reformas religiosas tiveram ressonâncias globais. Um exemplo que o autor oferece é a tradução da Bíblia, documento fundamental de toda Cristandade, feita por João Ferreira de Almeida, um “português em Java, ministro de uma igreja protestante de origem neerlandesa” (Página 10). É fato que as reformas religiosas tiveram ressonâncias globais, inclusive influenciando em vários aspectos, como na economia, demonstrado por Weber. Porém, como a introdução se abre com uma ilustração da presença de igrejas evangélicas na sociedade atual, é muito perigoso uma obra tão importante não explicar que a presença de um cristianismo não católico no sul global atual tem mais influência do evangelicalismo estadunidenses do que das reformas religiosas europeias do século 16.

Não é nosso objetivo ignorar o caráter introdutório que a obra se propõe, cobrando informações que estão fora do espectro possível para um trabalho com essas características. A obra cumpre muito bem sua função de apresentar o estudioso iniciante ao tema das Reformas Religiosas. Esta resenha apresenta sugestões para serem, ou não, analisadas em uma possível futura reedição a fim de torná-la ainda melhor. Assim, vemos como um problema que pode ser revisto que é afirmar que “Nenhum dos envolvidos nos embates religiosos do século XVI duvidou da centralidade da religião cristã ou colocou em discussão a estrutura ideológica da *respublica christiana*” (Página 14).

A proposta anabatista era justamente contra a *respublica christiana*, como o próprio autor explicou adiante: “Essa ligação [entre a sociedade e a Igreja que caracterizava a *respublica christiana*] foi questionada pelos anabatistas” (Página 110). No documento A Confissão de Schleitheim, os anabatistas deixam claro que a verdadeira Igreja deveria ser composta somente de adeptos voluntários após o batismo e não como pressupunha a *Respublica Christiana*. Esse mesmo documento deixa claro, também, a separação entre os poderes: “um cristão não deve ser um magistrado, pois o regime do governo é de acordo com a carne, mas o regime dos cristãos é de acordo com o espírito. As armas dos cristãos são espirituais e se dirigem contra as potestades demoníacas” (Sattler, 1991). Outro documento importante é a carta que o anabatista Grebel escreveu para Müntzer em 1525, onde afirmou: “é muito melhor que uns poucos sejam instruídos na verdadeira palavra de Deus, que acreditem de forma correta e pratiquem as virtudes esperadas a que muitos tenham uma fé falsa e enganosa” (Grebel, 1970). Por fim, o documento Crônicas Hutteritas deixa claro: “A fé não pode ser imposta pela força porque é um dom de Deus” (Braitmichel, 2003).

O autor também apresentou o evento de Münster, o único com essas características, como regra, ao afirmar que “Para os anabatistas (...) Igreja e sociedade se confundiam numa única realidade” (...) O exemplo paradigmático foi a cidade de Münster sob controle anabatista entre 1534 e 1535” (Página 64). O evento da tomada da cidade de Münster não pode ser visto como um exemplo paradigmático da teologia anabatista pois a maioria dos líderes anabatistas pregava exatamente o contrário do que aconteceu em Münster. O próprio autor afirmou à frente sobre os anabatistas: “estamos diante de uma pluralidade de expectativas religiosas não atendidas pelas soluções teológico-políticas oferecidas pelos outros modelos de reforma” (Página 104). Adiante, também, o próprio autor afirmou que “O episódio ocorrido em Münster entre 1534 e 1535 merece uma menção especial”.

Por fim, destacamos a devida importância dada ao termo “contrarreforma”. Por muito tempo, a historiografia, sobretudo em língua portuguesa, apresentava ações da Igreja romana no século 16 reduzidas à meras reações ao movimento puritano, muitas vezes fazendo parecer que o papado se preocupou mais do que inicialmente se preocupou com Lutero. Depois, alguns autores passaram a denominar as ações da Igreja romana como Reforma Católica. Já Rui Luis Rodrigues explica que tanto Reforma, como Contra Reforma, estão presentes no século 16: “o primeiro termo significando a atitude reflexiva da Igreja (...) e com o segundo a indicar a autoafirmação da Igreja em sua luta contra o protestantismo” (página 131).

Em suma, Reforma e Contrarreforma, de Rui Luis Rodrigues, é uma contribuição significativa à historiografia brasileira sobre o tema, especialmente por seu esforço em renovar a abordagem dos anabatistas e por apresentar interpretações fundamentadas nas próprias fontes dos movimentos estudados. Embora apresente algumas imprecisões interpretativas, como a generalização excessiva ao agrupar tradições religiosas, a obra mantém-se fiel à proposta didática da coleção, ao mesmo tempo em que avança no debate historiográfico. Assim, trata-se de um livro valioso tanto para estudantes quanto para leitores mais experientes, com potencial de se tornar referência no ensino das Reformas Religiosas em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BRAITMICHEL. **The Chronicle of the Hutterian Brethren**. Elie Manitoba: Hutterian Education Committee, 2003.

GREBEL, Conrad. Brief an Thomas Müntzer. *In*: WENGER, J. C. **Conrad Grebel programmatische briefe von 1524**. Scottdale: Herald Press, 1970.

SATTLER, Michael. The Schleithem Articles. *In*: BAYLOR, Michael G (org.). **The Radical Reformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.